



## ACT dos empregados da Conab é prorrogado até 31 de janeiro

Enquanto empregados da Conab aguardam nova reunião de negociação do ACT 2024/2025, as cláusulas do acordo vigente foram prorrogadas pela 5ª vez até o dia 31 desse mês.

Em comunicado enviado aos empregados, a direção da Conab informou que a Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) se pronunciou sobre proposta de Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025. Segundo informou a

Conab, a proposta precisa passar por aprovação do Comitê de Auditoria (Coaud) e do Conselho de Administração (Consad) da empresa. Só depois as entidades representativas dos empregados devem ser chamadas para nova reunião.

A pauta dos trabalhadores da Conab envolve a melhoria das relações de trabalho, ampliação de direitos e qualidade de vida dos empregados da Conab. Os paradigmas enviados à Conab

levam em consideração parâmetros existentes em outras empresas públicas para sustentar a inclusão da maioria das cláusulas reivindicadas pelos trabalhadores.

As negociações do ACT 2024/2025 tiveram início em 5 de setembro. A expectativa é de que o processo avance e a empresa convoque nova reunião e retorne com uma proposta para os empregados.

Fonte: Condsef

## CRC/IFMA abre inscrições em cursos gratuitos de Informática Básica

O Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) do IFMA, por meio do Programa Computadores para Inclusão do Ministério das Comunicações (Mcom), está com inscrições abertas para o curso gratuito de Informática Básica. A formação de novas turmas ocorre em fluxo contínuo, à medida em que as vagas são preenchidas.

Há vagas disponíveis em três locais em São Luís/MA: no Bairro de Fátima (sede do CRC no prédio do Centro de Referência Tecnológica do IFMA – CERTEC), no bairro da Liberdade (Associação Desportiva Cultural Recreativa e

Social do Bairro da Liberdade – ADECRES) e no bairro da Alemanha (Centro de Apoio a Surdez Professora Maria da Glória Costa Arcangeli – CAS Maranhão).

O curso tem duração de duas semanas e as aulas são ministradas de segunda a sexta-feira. A idade mínima para participar é 14 anos de idade. O certificado é emitido pelo IFMA no prazo de até 30 dias após o fim do curso.

Na sede do CRC/IFMA, as aulas começam assim que houver inscritos em número suficiente para fechar uma turma. O curso vai funcionar no turno vespertino, das 14h às 18h.

Na ADECRES, a previsão é que as aulas recomecem em janeiro de 2025, assim que houver inscritos em número suficiente para fechar uma turma. O curso vai funcionar no turno matutino, das 8h às 12h.

Já no CAS Maranhão, a previsão é que as aulas recomecem em fevereiro de 2025. Haverá intérpretes de LIBRAS durante o curso, que pode ser feito tanto por surdos como ouvintes. Haverá uma turma vespertina, das 14h às 18h, e outra noturna, das 18h às 22h.

Fonte: IFMA



## Fake News para desestabilizar governos reforça necessidade de regulação das redes

A suposta “liberdade de expressão” tão alardeada pela extrema direita tem, na verdade, colocado a população contra o sistema democrático de direito ao manipular vídeos que induzem a população a acreditar que o atual governo federal irá criar novos impostos, inclusive sobre o PIX e até mesmo a posse de animais domésticos e o pré-natal.

A fake news sobre a cobrança de imposto sobre a posse de animais ocorreu após a sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Lei 15.046/2024, aprovada em novembro pelo Congresso, que autorizou a criação do cadastro pela União. O sistema vai reunir informações sobre os proprietários e os pets, para facilitar o controle de zoonoses e o combate a abandono e maus-tratos de animais. A medida também deve proporcionar mais segurança em transações de compra e venda.

Diante das fake news, o ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) publicou na plataforma X uma resposta. Segundo ele “a única coisa verdadeira desse vídeo que está circulando é que, de fato, as empresas, os cassinos virtuais, chamadas bets, que são casas de apostas que lucram uma montanha de dinheiro, essas casas de apostas vão ter que pagar impostos devidos como qualquer outra empresa instalada no Brasil. Fora isso, é tudo falso”, esclareceu.

A manipulação feita por Inteligência Artificial (IA) foi publicada pelo deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro da Cidadania de Jair Bolsonaro (PL-RJ). Em 2021, a

CPI da Covid, no Senado, recomendou o seu indiciamento por dois crimes: epidemia com resultado morte e incitação ao crime.

A Advocacia-Geral da União (AGU) tomou uma medida enérgica ao notificar o Facebook, exigindo a remoção do vídeo em um prazo de 24 horas. Mas este tipo de veiculação pode prejudicar não apenas a reputação de governos como de pessoas físicas, após a decisão da Meta, dona do Instagram, Facebook, WhatsApp e Threads em acabar com seu sistema de checagem de fake News

Para o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), com a decisão da Meta temas sensíveis como imigração e gênero, assim como o enfraquecimento de iniciativas de checagem de fatos, contribuem para a proliferação de fake news e, conseqüentemente, reforça conteúdos que promovem a extrema direita, colocando em risco a democracia, a liberdade de expressão responsável e o próprio tecido social. Tais medidas representam um ataque direto à proteção de direitos individuais e coletivos no ambiente digital, promovendo a desinformação e ampliando a margem para discursos de ódio.

O CEO da Meta Mark Zuckerberg também criticou abertamente instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, apontando-o como uma “corte secreta”, e se posicionou contra regulação das big techs propostas ou promovidas por países como Brasil, Alemanha e China.

“Essa postura revela as big techs como verdadeiras ferramentas geopolíticas que visam desestabilizar a ordem internacional e impedir a construção de um novo equilíbrio

geopolítico, que inclua maior autonomia para os países do Sul Global, especialmente diante do fortalecimento dos BRICS e da ascensão chinesa”, diz a entidade em nota.

O FNDC reforça que o anúncio da Meta não se limita a uma nova política de moderação de conteúdo, mas configura um movimento político que ameaça a integridade das democracias em todo o mundo. “Ao alinhar-se às ideias de Donald Trump, Elon Musk, e outros representantes da extrema direita, a Meta reforça uma agenda política destrutiva internacional, com objetivo de fragilizar as instituições democráticas e a justiça social, e concentrando ainda mais poder político e econômico nas mãos de poucos, preferencialmente, nos Estados Unidos”, diz outro trecho da nota.

O Fórum alerta que a decisão do Meta é “uma declaração de guerra ao mundo que exige uma resposta robusta e imediata. É imprescindível que governos democráticos e organizações da sociedade civil de todos os países intensifiquem os esforços para regular as plataformas digitais, a fim de garantir um ambiente online mais justo, seguro e respeitoso, livre de manipulação, desinformação e ódio.

“Regulação não é censura, mas um mecanismo essencial para defender as pessoas e proteger as democracias, preservando os direitos humanos e a liberdade de expressão responsável”, conclui o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Fonte: CUT